



PROJETO EDUCATIVO

2022/2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. PRINCÍPIOS GERAIS ORIENTADORES	6
2.1. Visão.....	6
2.2. Missão	6
2.3. Princípios e Valores.....	6
• Equidade e justiça	6
• Rigor.....	6
• Cultura de inovação.....	6
• Desenvolvimento integral do aluno num perfil de base humanista, educando para a consecução efetiva das aprendizagens.	6
• Contribuir para o desenvolvimento sustentável	7
• Educar ensinando com coerência e flexibilidade.....	7
• Agir com adaptabilidade e ousadia	7
• Garantir a estabilidade	7
• Valorizar o saber, a inovação, a exigência	7
• Promover a reflexividade	7
• Promover o empreendedorismo	7
• Fomentar a solidariedade e cooperação.....	7
• Envolvimento da família e da comunidade	7
2.4. Áreas de Competências.....	8
• Linguagens e textos.....	8
• Informação e comunicação	8
• Raciocínio e resolução de problemas	8
• Pensamento crítico e pensamento criativo.....	8
• Relacionamento interpessoal	9
• Autonomia e desenvolvimento pessoal.....	9
• Bem-estar, saúde e ambiente.	9
• Sensibilidade estética e artística	9

•	Saber técnico e tecnologias	9
•	Consciência e domínio do corpo	9
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	9
3.1.	Caracterização do Meio.....	9
3.2.	Caracterização da Escola	9
3.3.	Órgãos de Direção e de Gestão Escolar	13
4.	EQAVET	14
4.1	Conselho Consultivo.....	15
5.	METAS	16
5.1.	Objetivos Estratégicos.....	16
5.2.	Objetivos Operacionais	16
6.	ESTRATÉGIAS.....	16
6.1.	Alunos.....	16
6.1.1.	Desenvolvimento Integral, Realização Pessoal e Criação de Valor para o Aluno	18
6.1.2.	Práticas de Ensino e Assunção de Responsabilidades.....	20
6.2.	Família	20
6.3.	Comunidade envolvente	20
6.3.1.	Parcerias e Protocolos.....	20
6.3.2.	Projetos.....	20
6.3.3.	Atividades Escola ↔ Comunidade	21
7.	OFERTA FORMATIVA	21
8.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
8.1.	Matrizes curriculares.....	22
2.º CICLO		22
3.º CICLO		23
ENSINO SECUNDÁRIO		23
Curso Científico-Humanístico de CT e LH.....		23
Cursos Profissionais		24
8.2.	Programas das Disciplinas	34
8.3.	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória	31
8.4.	Aprendizagens Essenciais	35

8.5.	Articulação Interdisciplinar e Interciclos	36
8.6.	Horários Escolares	36
9.	CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS.....	33
10.	AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	33
10.1.	CrITÉrios Gerais de Avaliação	39
10.2.	CrITÉrios Gerais de Correção/Classificação.....	39
10.3.	Avaliação-pesos, descritores e condições de transição e retenção	37
10.4.	Participação da Comunidade Educativa na Avaliação	41
10.5.	Provas nacionais externas/provas de avaliação internas.....	41
10.6.	Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens.....	45
10.7.	Orientações para a organização das tutorias.....	45
11.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	42
11.1.	Divulgação.....	42
11.2.	Vigência	43
11.3.	Avaliação.....	43
ANEXOS.....		43

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo é o principal documento de referência da escola, constituindo-se como o núcleo de ação da mesma. Enquanto instrumento de autonomia, o seu conteúdo traduz a orientação educativa da escola e explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias a médio prazo, em ciclos de três anos, segundo os quais o Instituto D. João V se propõe cumprir a sua função educativa.

Este documento foi construído com a participação e envolvimento da comunidade educativa.

O Instituto D. João V é uma escola com uma vasta experiência na concretização de projetos, direcionada para a comunidade envolvente, que lhe conferiram identidade própria e responsabilidade acrescida enquanto agente de educação e cultura, promotor da mudança tão necessária na sociedade do século XXI.

O Projeto Educativo do Instituto D. João V estabelece os princípios que estruturam o desenvolvimento das atividades educativas da escola, cumprindo sempre com as especificações do Ministério da Educação e indo ao encontro das necessidades e expectativas da comunidade educativa, no sentido de preparar os jovens para a sociedade deste século, na procura da excelência. O mesmo Projeto é, assim, um documento de caráter pedagógico, resultante da participação de toda a comunidade educativa, que norteia todo o trabalho dessa comunidade no sentido de dar resposta aos problemas e necessidades da escola. Também enquanto instrumento de gestão, constitui um importante referencial de coesão e unidade de ação educativa. Por outro lado, pretende-se que todos os elementos da comunidade educativa partilhem a **motivação para o sucesso** como uma **cultura de escola**, valorizando-se, acima de tudo, o sucesso dos alunos nas suas diversas dimensões.

O Projeto Educativo deve refletir uma educação inclusiva onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Assim, na definição das estratégias de atuação, serão tidos em conta como eixos prioritários – Aluno, Professor, Família/Encarregados de Educação e Comunidade.

Este nosso Projeto tem subjacente o desenvolvimento de um **tema: “Se podes sonhar, podes concretizar!”**. Trata-se de um apelo para a formação integral do ser humano, promovendo valores como a importância da autoestima e a luta contra o preconceito. Nesta nobre tarefa de estimular o poder da concretização e da força de vontade, a escola continua a assumir um papel decisivo.

Neste sentido, através do exemplo e da promoção de oportunidades de discussão e de vivências, o IDJV pretende fomentar a realização pessoal dos alunos; inspirar os jovens a seguirem os seus objetivos, superando os obstáculos; estimular o empreendedorismo, o sonho e a criatividade.

Depois de intensos contatos com a comunidade educativa, a Direção Pedagógica considerou pertinente mudar o paradigma da escola, indo ao encontro das necessidades dos encarregados de educação. Assim, para reforçar a identidade da escola e apresentar uma oferta diferenciadora, a escola apostou, para o ano letivo 2024/2025, em três projetos direcionados para os alunos do 5.º ano:

IMP.DUE.001-00

Cofinanciado por:



- Ensino articulado;
- Natação duas vezes por semana;
- Cambridge School.

Este documento organiza-se numa sequencialização lógica de matérias respeitantes à atuação da escola de acordo com o enquadramento legal em vigor.

2. PRINCÍPIOS GERAIS ORIENTADORES

2.1. Visão

Afirmar-se como Escola de referência no quadro educativo distrital, assentando a sua atuação num Projeto Educativo sólido e consequente, capaz de congrega e envolver diferentes sectores da comunidade, no sentido de dar resposta às necessidades do meio e responder às ambições dos alunos e das famílias.

Assumir a responsabilidade pela formação plena de jovens cidadãos conscientes e interventivos, assente em verdadeiras aprendizagens, capazes de promover o reconhecimento e o valor do aluno nas suas diversas dimensões.

2.2. Missão

A missão do Projeto Educativo do Instituto D. João V consiste em proporcionar e prestar um Serviço Público de Educação de Qualidade, quer a nível da Formação Geral quer da Formação Profissional, acrescentando valor aos nossos alunos e contribuindo, assim, para o desenvolvimento da comunidade.

Além disso, pretende-se que cada aluno/formando que frequenta a escola, tenha oportunidades de acesso ao conhecimento e experiências diversificadas e inclusivas de aprendizagem que lhe permitam favorecer o seu desenvolvimento integral. A aposta na valorização do aluno e do seu saber é um dos vetores orientadores para a construção de uma identidade social e interventiva e uma linha de orientação na formação de jovens qualificados e reconhecidos no mercado de trabalho. No final do seu percurso escolar, os nossos alunos estão dotados de todas as competências que lhes permitem uma plena integração social e profissional, sendo motivo de reconhecimento por parte da comunidade, pelas suas autonomia e cidadania ativas.

2.3. Princípios e Valores

- Equidade e justiça
- Rigor
- Cultura de inovação
- Desenvolvimento integral do aluno num perfil de base humanista, educando para a consecução efetiva das aprendizagens

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável
- Educar ensinando com coerência e flexibilidade
- Agir com adaptabilidade e ousadia
- Garantir a estabilidade
- Valorizar o saber, a inovação, a exigência
- Promover a reflexividade
- Promover o empreendedorismo
- Fomentar a solidariedade e cooperação
- Envolvimento da família e da comunidade

O currículo não se esgota na sua dimensão formal, pelo que entendemos que a ação educativa deve assentar nos seguintes princípios e valores:

- Adequar as experiências de aprendizagem ao nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos e à escolha e prossecução das vias escolares ou profissionais subsequentes, concretizando, assim, os princípios da equidade e justiça.
- Promover o sucesso escolar, na perspetiva do rigor e da qualidade, dinamizando sessões de reflexão sobre caminhos, tendências e expectativas no domínio da educação, no sentido de preparar os diversos intervenientes no processo educativo para as decisões a tomar e, simultaneamente, privilegiar a orientação vocacional, com vista a fundamentar o sucesso em opções conscientes e responsáveis.
- Proporcionar o desenvolvimento integral do aluno, através do estabelecimento de laços afetivos que desenvolvam a sua dimensão humanista e a sua consciência cívica, elementos fundamentais no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes.
- Promover uma educação ambiental e educação para a saúde, alertando para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário e a valorização de uma sexualidade responsável e informada.
- Articular as atividades escolares com a vida, o meio e o mundo do trabalho, reforçando, assim, o envolvimento da família e da comunidade. A escola pretende abrir-se à realidade exterior, utilizando-a não só como recurso didático, mas sobretudo como possibilidade de concretizar projetos de pesquisa ou de intervenção, em que os alunos se empenhem ativamente na vida da comunidade, de acordo com o seu nível de capacidades e com as suas motivações. A educação e formação dos alunos deve ter em conta os seus anseios e aspirações de modo a facilitar o prosseguimento dos estudos e/ou a transição para o mercado de trabalho em articulação com a sociedade.
- Criar jovens empreendedores, promovendo a constante adaptação à mudança, à descoberta e aos novos desafios, numa perspetiva de inovação e crescimento, utilizando métodos e estratégias inovadoras.

- Promover uma cultura de escola baseada na inovação, na motivação para o sucesso e para uma vivência multicultural com vista a uma cidadania plena e universal de cariz humanista.

Devem, igualmente, considerar-se, como estruturadores do processo ensino-aprendizagem, os seguintes **princípios pedagógicos**:

- Coerência e sequencialidade entre os ciclos de ensino.
- Articulação e flexibilização do currículo e da avaliação.
- Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização de uma aprendizagem mais pragmática e dos percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso e concretização das suas potencialidades máximas.
- Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens e do desenvolvimento de competências teórico-práticas que promovam ao mesmo tempo o conhecimento científico, a curiosidade intelectual, o espírito crítico e interventivo, a criatividade e o trabalho colaborativo.
- Afirmação do rigor das aprendizagens como parte integrante da gestão curricular.
- Promoção da responsabilidade social, cívica e ambiental.
- Valorização da língua e da cultura portuguesas enquanto veículos de identidade nacional.
- Valorização das línguas estrangeiras, enquanto veículos de entidade global e multicultural e de facilitação do acesso à informação e à tecnologia.
- Assunção das artes, das ciências e tecnologias, do desporto e das humanidades enquanto componentes estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas.
- Valorização das tecnologias de informação e comunicação ao serviço das aprendizagens.
- Enriquecimento da aprendizagem, através da oferta de atividades complementares à formação dos alunos (atividades, academias, projetos, concursos).
- Reconhecimento dos professores enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo.
- Promoção da capacidade reguladora dos instrumentos de avaliação externa, valorizando a retificação oportuna dos processos em função da informação decorrente dessas mesmas aferições para superação das dificuldades encontradas nos diferentes domínios curriculares.
- Reconhecimento das avaliações interna e externa para efeitos de certificação dos ensinos básico e secundário.

2.4. Áreas de Competências.

Considerando o “Perfil do Aluno”, apontam-se as seguintes:

- Linguagens e textos
- Informação e comunicação
- Raciocínio e resolução de problemas
- Pensamento crítico e pensamento criativo

- Relacionamento interpessoal
- Autonomia e desenvolvimento pessoal
- Bem-estar, saúde e ambiente
- Sensibilidade estética e artística
- Saber técnico e tecnologias
- Consciência e domínio do corpo

Todas estas áreas de competências têm a sua aplicação e desenvolvimento nas áreas disciplinares, curriculares e não curriculares, projetos, atividades de enriquecimento, lúdicas, de aprendizagem, com o contributo proactivo de todos (docentes, não docentes, alunos, famílias, encarregados de educação e comunidade).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1. Caracterização do Meio

O Instituto D. João V localiza-se na freguesia do Louriçal. Esta constitui um daqueles casos invulgares em que o peso histórico foi, habilmente, sustentado pelo progresso e desenvolvimento. É uma das várias freguesias que integram o concelho de Pombal e localiza-se na região Oeste do mesmo, a noroeste do distrito de Leiria. A Escola serve principalmente a população do Louriçal, mas abrange também todo o concelho de Pombal e concelhos limítrofes.

O Instituto, ao longo da sua existência, tem pautado a sua conduta pedagógica pela constante atualização da oferta educativa em função das expectativas dos alunos e das necessidades sentidas pelas empresas locais, tendo sempre em consideração as áreas consideradas estratégicas para o país. Temos como estratégia uma atuação conjunta e articulada aos níveis da formação profissional, no sentido de colaborar na constituição de uma matriz de intervenção operacional que motive, em primeira mão, o desenvolvimento económico, social e cultural da região.

A escola representa também um importante elo entre os jovens e o tecido empresarial da região, facultando-lhes o contacto com o primeiro emprego (Formação em Contexto de Trabalho) e contribuindo para a qualificação profissional e desenvolvimento da região em que nos inserimos.

3.2. Caracterização da Escola

Historial

O Instituto D. João V é um estabelecimento de ensino particular e cooperativo. Iniciou a sua atividade no ano letivo 1987/1988, pertencendo à rede nacional de ensino, com autorização definitiva de funcionamento n.º 166. Está dotado de autonomia pedagógica e mantém com o Estado Português um Contrato de Associação, o qual implica a gratuidade do ensino nele ministrado, em função da caracterização da comunidade.

Aplica-se à sua Administração e Gestão o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (**Decreto- Lei n.º 152/2013, de 04 de novembro**) e, em geral, a legislação nacional, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ao longo dos seus mais de trinta anos de existência, tem desenvolvido a sua atividade com a missão de formar cidadãos do mundo com elevado sentido de responsabilidade e cidadania, capazes de responder aos grandes desafios da sociedade atual e, principalmente, de dar resposta às suas necessidades profissionais e sociais, tornando-os membros de uma sociedade global perfeitamente integrados.

Como escola que procura continuamente a melhoria no desempenho das suas atividades, tem desenvolvido métodos e processos inovadores promotores do sucesso que conduzam à excelência, dinamizados graças ao envolvimento de um corpo docente de elevada qualificação e competência técnica, suportado por um conjunto de infraestruturas adequadas às necessidades atuais (salas temáticas, laboratórios de informática e ciências experimentais, pavilhão gimnodesportivo, piscina semiolímpica, biblioteca).

O respeito pela dimensão humana de todos os elementos da comunidade educativa, a abertura, a participação voluntária, a partilha e entreajuda, o convívio saudável, o sentimento de pertença a um grupo ativo e inovador são algumas das características que nos identificam enquanto escola.

No âmbito da formação profissional, continuar-se-á a investir na concretização de parcerias para a formação em contexto de trabalho e a motivar a adesão inequívoca com que as entidades, públicas e privadas, têm recebido as nossas propostas. A experiência dos formandos em contexto de trabalho tem sido altamente gratificante para alunos, escola e empresas.

Características físicas

O edifício da escola é constituído por cinco blocos e comporta diferentes instalações dotadas de equipamentos atualizados, que respondem aos novos desafios da prática pedagógica e da evolução científica e tecnológica. No bloco A, encontram-se os Serviços Administrativos, cuja organização se direciona para um atendimento personalizado, um bar de apoio a toda a comunidade educativa, a direção, a sala de professores e uma biblioteca dinâmica e com um acervo rico e atualizado que contempla todas as áreas do saber. A biblioteca constitui um importante espaço de apoio ao estudo.

No bloco E, encontram-se os laboratórios de Informática, Física, Química e Biologia, que dão uma resposta eficaz ao carácter experimental das disciplinas e proporcionam, pelo equipamento atual de que são dotados, o desenvolvimento do espírito científico. No rés-do-chão do bloco E, situam-se, ainda, uma ampla cantina, e o auditório, com capacidade para cerca de 120 pessoas, permitindo a dinamização de eventos de diversa natureza (palestras, debates, projeções...).

Sendo o bem-estar dos alunos uma das prioridades, existe um espaço de convívio direcionado para os alunos no bloco C.

Para dar resposta aos desafios do presente e do futuro, todas as salas estão equipadas com projetores e outros recursos multimédia e a rede wireless permite o acesso à internet em toda a escola.

Todos os espaços interiores têm aquecimento e no exterior dos blocos há espaços que permitem a socialização dos alunos.

Existe, também, uma piscina semiolímpica e um moderno e bem equipado pavilhão desportivo, onde são lecionadas as aulas de educação física, servindo de palco a diversos eventos escolares e extraescolares. Os campos desportivos situados em espaços exteriores são utilizados para a prática livre de várias modalidades, assim como no âmbito das aulas de Educação Física.

Características da comunidade educativa

A comunidade escolar é constituída por alunos, docentes profissionalizados e por não docentes.

Tendo por referência o ano letivo de 2023/2024, o corpo docente é constituído por 26 elementos, distribuídos pelos respetivos departamentos curriculares/grupos disciplinares:

Departamentos Curriculares	N.º Docentes
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	5
ARTES E EXPRESSÕES	4
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS	6
CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	9

Os 8 elementos do corpo não docente distribuem-se pelo desempenho de diferentes funções: assistentes Educativos, psicóloga e técnicos.

Frequentam a escola cerca de 263 alunos, provenientes de várias freguesias. A população escolar é predominantemente oriunda de famílias cujas atividades profissionais se centram no setor terciário e indústria, sendo os pais e encarregados de educação maioritariamente trabalhadores por conta de outrem.

Se procedermos ao levantamento do escalão socioeconómico e cultural dos progenitores, verificaremos que a maior parte possui habilitações ao nível do 3.º Ciclo e do ensino secundário bem como uma percentagem significativa ao nível do Ensino Superior, registando-se ainda alguns casos de habilitações ao nível dos 1.º e 2.º Ciclos. Os agregados familiares são compostos em média por 4 pessoas. Há um elevado número de famílias carenciadas e, assim, um número correspondente de alunos que beneficiam de Ação Social Escolar no escalão A (15) e no escalão B (24) no Ensino Geral. Em 2024/2025, contabiliza-se um total de 13 turmas, distribuídas pelos diferentes Ciclos de estudos – três no 2.º ciclo; três no 3.º ciclo, três no ensino secundário geral e quatro no ensino secundário profissional.

Segurança e vigilância

O Instituto é uma escola reconhecida pela segurança que proporciona à comunidade escolar, estando dotada de um sistema de controlo de entradas e saídas através do cartão de identificação (de aluno e colaboradores). Diferentes

funcionários asseguram, ainda, o controlo da portaria e a vigilância dos diferentes espaços abertos, nomeadamente dos campos desportivos.

A Equipa de Segurança é a responsável pela elaboração e atualização anual do Mapa de Autoproteção (MAP), em consonância com o que consta no Regulamento Interno. Nesse âmbito, procede à definição de medidas de prevenção e de procedimentos de segurança a adotar para cada situação de emergência, por forma a garantir a salvaguarda de toda a comunidade escolar em caso de ocorrência de uma situação de emergência.

Esta equipa tem por objetivo prevenir situações de risco e definir planos previsionais que minimizem as consequências diretas e indiretas de um eventual sinistro.

Serviços de apoio facultativos

A escola está dotada de um bar, no bloco A. Funciona nos períodos correspondentes às atividades letivas e apresenta-se como espaço de convívio e/ou descanso. Todos os produtos disponíveis ao público são selecionados respeitando os princípios do equilíbrio alimentar. O refeitório escolar assegura as refeições diárias e apresenta uma ementa elaborada de acordo com os parâmetros da alimentação saudável. A comunidade educativa tem ao seu dispor um conjunto de serviços, prestados pela papelaria e reprografia que dão resposta a diferentes necessidades inerentes ao processo educativo. Todos os docentes e discentes têm ainda acesso facultativo a cacifos escolares.

Projetos emblemáticos

O Instituto tem-se destacado no âmbito do desporto, nas diferentes modalidades que tem apoiado. Foram vários os prémios e títulos alcançados nas competições regionais e até nacionais. As Jornadas IDJV promovidas ao longo dos anos são um marco de referência na ligação com a comunidade. O espírito solidário é também uma cultura de escola e concretiza-se, desde sempre, na organização dos cabazes de Natal, a oferecer às famílias carenciadas do concelho. A preocupação com a ligação ao meio e à família é reconhecida desde sempre e concretiza-se no marco festivo que é a Festa de Natal, na qual são chamados ao palco famílias e figuras da comunidade envolvente. A comemoração do Magusto num ambiente de partilha e convívio saudável e o cortejo de Carnaval são outros projetos que permitem reforçar a ligação escola-família-comunidade, assim como o icónico concurso de talentos, que permite a toda a comunidade educativa a expressão de dotes artísticos de cariz diverso. A motivação à participação dos alunos em atividades e concursos externos leva também à realização de projetos que nos têm distinguido. O galardão e a bandeira do programa Eco Escolas é mais um dos nossos emblemas e traduz a preocupação com a educação ambiental da nossa comunidade.

No âmbito dos projetos desenvolvidos, destacam-se:

- Ensino articulado para o 5.º ano a iniciar no ano letivo 2024/2025;
- Natação duas vezes por ano para os alunos do 5.º ano, a iniciar no ano letivo 2024/2025;

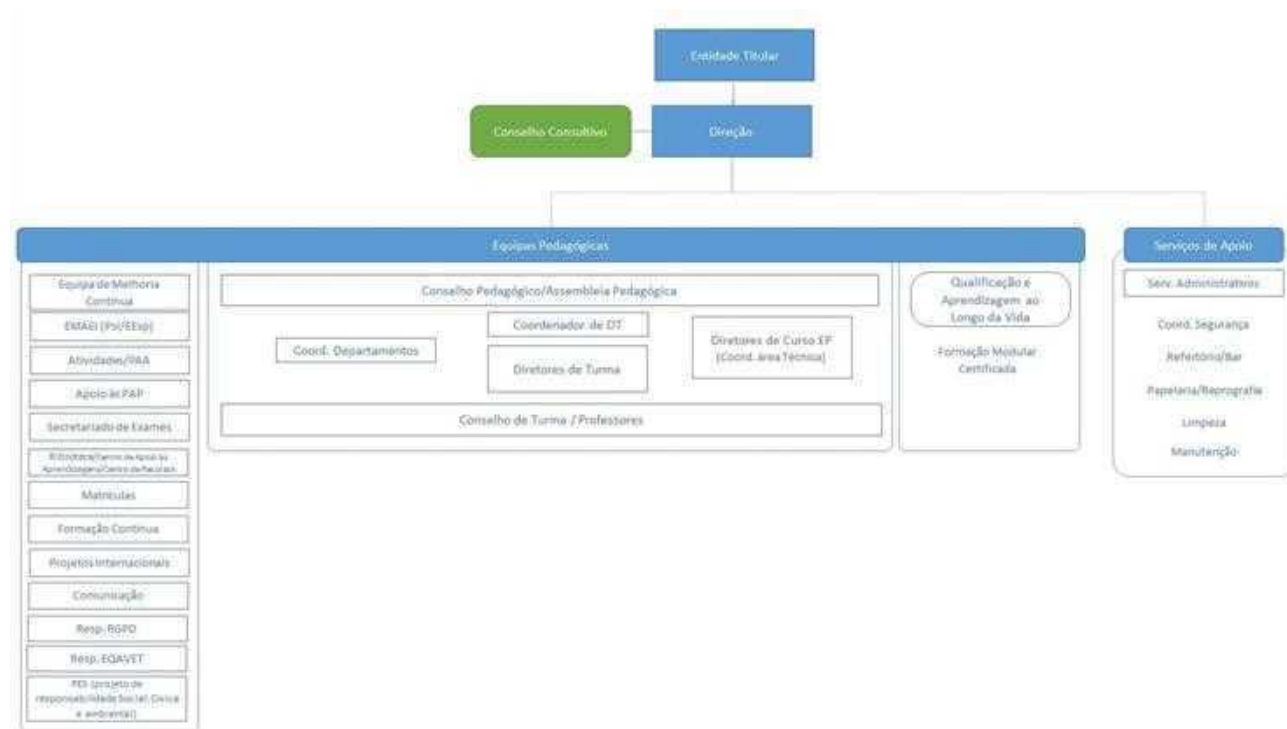
- projeto da Cambridge School para alunos do 5.º ano a iniciar no ano letivo 2024/2025
- Biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)
- Projeto de Responsabilidade Social, Cívica e Ambiental (Programa Eco Escolas e Projeto de saúde escolar - PES)
- Ligação ao 1.º Ciclo: promoção da interação e da relação próxima com os docentes e alunos do 1.º Ciclo através da dinamização de atividades desenvolvidas no IDJV e nas escolas do 1.º Ciclo.

A escola oferece, ainda, uma diversidade de Projetos de carácter facultativo, tais como o Projeto das Letras, o Projeto das Artes e o Projeto das Ciências.

As diversas atividades levadas a cabo no âmbito destes projetos são apresentadas no Plano Anual de Atividades.

3.3. Órgãos de Direção e de Gestão Escolar

A organização do **Instituto D. João V** é fundamentada no dinamismo e competência técnica de todos os seus docentes e funcionários. O modo como estão estabelecidas as relações hierárquicas dentro da escola é apresentado no organograma do Instituto.



Os principais responsáveis pelas atividades pedagógicas são nomeados pela **Direção do Instituto**, que também coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o seu funcionamento.

Compete à Direção do Instituto disponibilizar os meios necessários para o desempenho de todos os processos educativos e de suporte, assim como planear e acompanhar o desempenho do Sistema de Gestão de Qualidade.

A Assembleia Pedagógica é o órgão de coordenação educativa, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático de orientação e acompanhamento dos alunos e de formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

A Assembleia Pedagógica tem uma natureza consultiva, à exceção das matérias consignadas na lei, para as quais assume uma competência deliberativa.

Esta Assembleia é composta pela Direção Pedagógica, pela Coordenadora dos Diretores de Turma, pelo(a) Coordenador(a) do Ensino Profissional, pela Coordenadora dos Departamentos Curriculares e pelos restantes elementos do corpo docente.

Todas as atividades letivas do Instituto D. João V são coordenadas e levadas a cabo pelos diversos **Departamentos Curriculares/ Grupos Disciplinares**. Cabe também aos departamentos curriculares monitorizar os resultados obtidos nas atividades pedagógicas e colaborar na definição de ações de melhoria, tendo como objetivo a melhoria de desempenho ao nível do processo de ensino.

O/A Coordenador(a) de Departamentos assume, ainda, relevo na prossecução das metas definidas na medida em que promove uma eficaz articulação interdisciplinar, sobretudo na dinâmica de escola respeitante às atividades a desenvolver e inscritas no Plano Anual de Atividades.

A **Coordenação das Direções de Turma** planifica as atividades executadas pelos Diretores de Turma na gestão da turma e nos contactos com Encarregados de Educação, promovendo uma ligação mais eficaz com os mesmos, com a escola e a família.

A figura do **Coordenador do Ensino Profissional** é igualmente essencial na concretização dos planos de estudos dos alunos, organizando todas as candidaturas e procedendo à coordenação técnico-pedagógica dos respetivos cursos. Monitoriza, igualmente, a formação prática em contexto de trabalho dos formandos, através da articulação com o Coordenador de Curso. Reúne com os Diretores de Turma e Professores Orientadores e Acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional (PAP), a fim de articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos.

Compete ao **Secretariado de Exames e de Provas** preparar, realizar e coordenar todo o processo relativo a exames nacionais, provas finais, provas de equivalência à frequência e provas de aferição. É também da competência deste órgão a organização e gestão dos exames do ensino profissional em época especial.

A **Equipa de Melhoria Contínua** é composta pela diretora pedagógica, que coordena, o coordenador do EQAVET, a coordenadora dos Diretores de Turma, a coordenadora dos Departamento, representantes dos docentes, representantes de não docentes / Serviços Administrativos e outros elementos designados pela Direção. À Equipa de Melhoria Contínua (EMC) compete:

- a) Promover e garantir o processo de autoavaliação da organização;
- b) Preparar, motivar e incentivar todos os recursos humanos para o compromisso com o sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o EQAVET;

- c) Garantir a qualidade dos serviços, de forma a satisfazer as necessidades das partes interessadas;
- d) Otimizar a eficiência no funcionamento da organização.

Todo o processo de **formação** e de **avaliação** de professores e funcionários, de acordo com os interesses próprios e as necessidades do Instituto, é gerido pela Direção de escola, de forma a assegurar as competências adequadas para a eficácia das atividades.

A explicitação mais pormenorizada do funcionamento e competências destes órgãos de gestão pode ser consultada no Regulamento Interno.

4. EQAVET

O Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), consagrado pela Recomendação de 18 de junho de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia, foi concebido para melhorar o Ensino e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e dos operadores ferramentas comuns para a gestão da qualidade, promovendo a confiança mútua, a mobilidade de trabalhadores e de formandos e a aprendizagem ao longo da vida.

No ano letivo 2023/2024, o Instituto D. João V obteve a renovação do selo certificação de garantia da qualidade do sistema EQAVET, válido por dois anos.

4.1. Conselho Consultivo

O **Conselho Consultivo** do Instituto D. João V é um Órgão constituído por profissionais internos e externos à escola, que se compromete a reunir com a periodicidade regular de pelo menos uma vez por ano, que assume o propósito de partilhar novas situações de conhecimento e experiência adicionais à visão dos elementos que compõem a Equipa de profissionais que o constituem, nomeadamente os membros da Direção Pedagógica, os membros do Projeto EQAVET, os representantes das empresas e instituições ou organizações convidadas, entre outros que potencialmente nele possam estar representados, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho existente. É, naturalmente, uma ‘ferramenta’ que pretende gerar novas e desafiadoras abordagens e mentalidades para o desenvolvimento desse mesmo mercado de trabalho, para o qual capacita, com a qualidade que lhe é reconhecida, os seus formandos.

Os membros do Conselho Consultivo poderão deter e partilhar conhecimento adquirido através das experiências com outras escolas, empresas e/ou organizações, sejam elas privadas ou estatais, e que possam trazer benefícios, em termos de aprendizagem e de experiência profissional, aos alunos/formandos dos Cursos Profissionais existentes, ou que se pretende, no futuro, desenvolver.

Os benefícios da existência do Conselho Consultivo são os seguintes:

- Analisar as necessidades profissionais do mercado de trabalho envolvente, em termos de Freguesia, Concelho ou Distrito;
- Analisar as necessidades profissionais do mercado de trabalho nacional e/ou internacional;
- Analisar e ponderar sobre as condições da possível entrada no mercado de trabalho dos formandos nas empresas após conclusão dos seus Cursos Profissionais;
- Partilhar com os parceiros recomendações ou sugestões inovadoras e relevantes para o desenvolvimento dos Cursos e das Empresas, em termos de recomendações de inovação tecnológica;
- Analisar cuidadosamente as previsões de tendências no que diz respeito às necessidades futuras do mercado de trabalho;
- Potencializar novos pontos de vista sobre o funcionamento das organizações envolvidas, escola e empresas;
- Assumir-se como fonte de novas ideias e possibilidades de inovação para o desenvolvimento do mercado de trabalho com que se relaciona.

5. METAS

5.1. Objetivos Estratégicos

OB1: Potenciar as aprendizagens e as competências dos alunos de acordo com as AE e o PASEO

OB2: Garantir a satisfação da comunidade educativa

OB3: Reforçar o reconhecimento da qualidade do processo de ensino/aprendizagem

OB4: Assegurar a coesão e a dinâmica interna

5.2. Objetivos Operacionais

Os objetivos operacionais decorrem dos objetivos estratégicos, operacionalizando-os anualmente. Encontram-se expressos no Plano Anual de Atividades, por Domínio de Referência: Resultados; Prestação do Serviço Educativo e Liderança e Gestão.

6. ESTRATÉGIAS

6.1. Alunos

Tendo em conta os resultados da autoavaliação, bem como as respetivas áreas de atuação prioritárias identificadas, entre as estratégias gerais que deverão permitir a concretização dos objetivos estratégicos (e respetivas metas),

IMP.DUE.001-00

Cofinanciado por:



salientamos: os sistemas de apoio às aprendizagens dos alunos, as atividades de organização, complemento e animação curricular e a formação dos recursos humanos.

As estratégias são, pois, elementos determinantes no desenvolvimento do aluno, desafiando-o a trabalhar e ajudando-o a superar as dificuldades de aprendizagem de forma atempada e eficaz. Saliente-se que o documento operacionalizador destas estratégias é o Plano Anual de Atividades.

Também as medidas de promoção do sucesso escolar têm o objetivo de assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão escolar.

a) Planos de Acompanhamento Pedagógico orientados para a Turma (PAPT)

O plano de acompanhamento pedagógico de turma é traçado, realizado e avaliado, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação. Estes Planos integram o Projeto Educativo, como anexo, contudo, num formato de arquivo independente (dossiê próprio).

b) Serviços de Psicologia e Orientação e Educação Inclusiva

Com vista à melhoria do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar, os serviços de psicologia e orientação e a educação inclusiva promovem ações de orientação escolar e profissional e de apoio ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos (*Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho*). Os serviços de psicologia atuam de forma integrada e em estreita articulação com a comunidade educativa, com o corpo docente e não docente, com pais e encarregados de educação e com outros agentes educativos do meio envolvente.

O docente de Educação Especial apoia, no âmbito da sua especialidade, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.

c) Educação Inclusiva

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho, estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. O referido diploma identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

d) Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

Esta equipa multidisciplinar desenvolve um conjunto de ações de apoio à operacionalização da educação inclusiva: por um lado, propõe o apoio à sua implementação e respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem; por outro lado, o aconselhamento dos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do centro de apoio à aprendizagem e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas.

A equipa multidisciplinar é composta por elementos permanentes da escola conhecedores da organização da mesma e das particularidades que caracterizam a sua unidade orgânica, a saber: a direção pedagógica, o diretor de estabelecimento, o docente de educação inclusiva, a coordenadora dos diretores de turma, os coordenadores de curso, a coordenadora de departamentos, a psicóloga escolar (coordenadora da equipa multidisciplinar), e elementos variáveis (identificados pelo coordenador da equipa quando necessário), a saber: docentes titulares da turma do aluno/diretores de turma, outros docentes do aluno ou técnicos que de alguma forma intervenham no processo educativo e o respetivo encarregado de educação do aluno.

e) Ação Social Escolar

A escola desenvolve, através da ação social escolar, medidas destinadas a compensar os alunos economicamente mais carenciados, mediante critérios objetivos e de discriminação positiva, previstos na lei.

f) Medidas de Prevenção da Desistência e do Abandono

Com vista à prevenção e combate ao abandono escolar, todos os docentes, principalmente os diretores de turma, contactam diretamente com os respetivos encarregados de educação e com os serviços de psicologia e orientação, de modo a levarem a cabo uma atuação concertada que evite uma situação de desistência ou abandono. Em casos excecionais, quando se entende oportuno, é contactada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Escola Segura, de modo a evitar situações irrevogáveis.

6.1.1. Desenvolvimento Integral, Realização Pessoal e Criação de Valor para o Aluno

a) Atividades de Animação e Complemento Curricular

São diversas as atividades propostas a desenvolver ao longo do ano letivo. De âmbito bastante transversal, quanto ao seu propósito e destinatários, as atividades de animação e complemento curricular permitem concretizar as metas traçadas, preconizadas no Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 de julho e despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho, relativo ao perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, ao mesmo tempo que se fortalece a ligação à família e comunidade envolvente, emergindo quer da comunidade escolar quer de entidades a ela exteriores, mas em cuja participação os alunos promovem o seu sucesso e se autovalorizam.

Daí que se promova a participação dos alunos em atividades interescolas como concursos/campeonatos assim como se dinamize diversas atividades de dimensão artística, cultural e lúdico-pedagógica, que fazem já parte da nossa forma de ser escola: as Jornadas IDJV, o Dia do Diploma, a Festa de Natal, a Festa de S. Martinho, o

Cortejo de Carnaval, o Concurso de Talentos IDJV e a atividade de encerramento do ano letivo. Saliente-se, igualmente, a dinamização de efemérides/datas comemorativas e a participação em cerimónias ou eventos de carácter oficial. Na escola encontram-se expostos trabalhos das diferentes áreas artísticas ilustrativos do talento dos alunos ao longo de cada ano letivo.

b) Apoios educativos

A Escola organiza diversas atividades de otimização das situações de aprendizagem e de superação de dificuldades. Assim, o IDJV oferece Sala de Estudo, sessões de apoio aos alunos do 9.º ano, nas disciplinas de Português e de Matemática; Tutorias; e outros a definir ao longo do ano, de acordo com as especificidades dos alunos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho. Acrescente-se que a descrição das atividades e a duração destes apoios se encontra explanada no Plano Anual de Atividades.

A escola oferece, ainda, apoio na preparação para Exames Nacionais, nos 11.º e 12.º anos. Neste caso, A frequência do apoio requer o conhecimento/autorização por parte do Encarregado de educação, assim como a responsabilização do mesmo e do aluno pela assiduidade e empenho. É objeto de informação atualizada ao diretor de turma e aos pais/encarregados de educação. A monitorização destes apoios e a verificação da sua eficácia é, também, feita em reuniões de Conselho de Turma, aquando da atualização do Plano de Acompanhamento Pedagógico de Turma (PAPT). Refira-se ainda a disponibilização de Tutorias no âmbito do apoio a alunos com necessidades específicas.

c) Projetos e Clubes

A escola proporciona, sempre que possível, aos seus alunos espaços e atividades de carácter facultativo que os desenvolva a nível cultural, intelectual e social, de um modo informal e, simultaneamente, responsável. Assim, foram criados espaços específicos, denominados por clubes, que incentivam a aprendizagem e a responsabilidade, transformando a escola num espaço criativo e enriquecedor, capaz de formar cidadãos para o futuro do país e do mundo. Destacamos o Projeto de Responsabilidade Cívica e Ambiental, mas também o Clube de Rádio, o Clube das Letras, o Clube das Ciências e o Clube das Artes. Cada projeto/clube tem objetivos e razões específicas subjacentes à sua criação e as atividades aí desenvolvidas, tal como nos diferentes Projetos, evidenciam a articulação com os principais eixos do Projeto Educativo. Acrescente-se que a descrição das atividades desenvolvidas nestes se encontra explanada no Plano Anual de Atividades. A escola está também a desenvolver / consolidar a sua participação no programa Erasmus+.

d) Projeto de Responsabilidade social, cívica e ambiental (inclui projeto “+Contigo” e programa “Eco escolas”)

O Projeto Educação para a Saúde (PES) em parceria com o Município de Pombal tem como principais objetivos sensibilizar os alunos para alguns problemas relacionados com a saúde humana e inculcar nos alunos hábitos de vida saudável. No âmbito do Projeto de Educação para a Saúde decorrerão sessões de sensibilização para os alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, e atividades ao longo do ano.

O Programa *Eco escolas* tem um plano de ação anual elaborado pela escola e deverá ter em conta a agenda de prioridades de ação/intervenção decidida pelo Conselho Eco Escolas, tendo como principais objetivos conseguir que dois terços do plano de ação seja concretizado e conquistar a Bandeira Verde Eco Escolas, demonstrando a preocupação ambiental que a escola tenta transmitir à Comunidade Educativa.

Existe também um projeto de cooperação internacional iniciado em 2019/20 no âmbito da inclusão de alunos NPT provenientes de PALOP. *Capacitar para a Interculturalidade* é o nome deste projeto que prevê o acolhimento de alunos estrangeiros em cursos de ensino profissional no IDJV, bem como a promoção de atividades no âmbito da educação intercultural junto de toda a comunidade educativa, em parceria com entidades locais e nacionais.

Falar em educação intercultural é participar, em plena igualdade de oportunidades e direitos, na construção de uma sociedade que assenta na diversidade.

e) Promoção do Mérito – Motivação para o Sucesso

A escola promove o mérito, de modo a motivar para o sucesso, através do Quadro de Honra, que possui regulamento próprio constante do Regulamento Interno, em que se distinguem os alunos que se destacam ao nível do aproveitamento académico (Quadro de Honra de Aproveitamento), mas também ao nível do comportamento (Quadro de Honra de Atitudes e Valores). Promove, também, o Dia do Mérito, premiando, monetariamente, os melhores alunos de cada ciclo de ensino.

6.1.2. Práticas de Ensino e Assunção de Responsabilidades

a) Metodologias ativas e experimentais da aprendizagem

Ao longo do ensino básico, os alunos deverão ser orientados na realização de atividades de pesquisa e resolução de problemas, assim como de metodologia de projeto e atividades experimentais, de modo a que no final do ciclo de ensino o aluno seja capaz de: participar em atividades e aprendizagens, individuais e coletivas, de acordo com regras estabelecidas; identificar selecionar e aplicar métodos de trabalho e de estudo; exprimir dúvidas ou dificuldades; analisar a adequação dos métodos de trabalho e de estudo, formulando opiniões, sugestões e propondo alterações; pesquisar organizar, tratar e produzir informação em função das necessidades, problemas a resolver e dos contextos e situações; identificar elementos constitutivos das situações problemáticas; escolher e aplicar estratégias de resolução e explicitar, debater e relacionar a pertinência das soluções encontradas em relação aos problemas e às estratégias adotadas.

b) Tecnologias de Informação e Comunicação

As tecnologias da informação e comunicação são dinamizadas na Escola em transversalidade com todas as disciplinas, como facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, permitindo o desenvolvimento das competências específicas e gerais do currículo do ensino básico.

c) Trabalho autónomo e de autorregulação

As tarefas propostas pelos diversos docentes para realização pelo aluno em casa têm como finalidade a promoção da autonomia e o reforço de competências pelos discentes, bem como a responsabilização e o envolvimento dos encarregados de educação no processo de aprendizagem.

6.2. Família

O IDJV promove um salutar envolvimento da família não só na escola, mas, principalmente, na educação dos filhos, contribuindo para a valorização das aprendizagens. Só através do compromisso recíproco poderemos alcançar os objetivos a que nos propomos. Promovemos, pois, o envolvimento ativo da família, numa escola que desenvolve as capacidades de aprender a aprender, aprender fazendo e de aprender a ser, para além do saber e do saber fazer, estimulando o autoconhecimento, o espírito crítico e a autonomia do aluno; numa escola que favorece o envolvimento ativo e responsabilizante da família na educação dos jovens e na sua vida escolar.

6.3. Comunidade envolvente

À luz da sociedade atual, torna-se cada vez mais importante a articulação entre a escola e comunidade envolvente. Entendemos como princípio fundamental a abertura ao meio, numa escola que facilita a inserção social e que assegura aos alunos condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades; num local de referência onde o aluno desenvolve estratégias cognitivas e sociais que lhe permitem aprender a aprender e a fazer; num contexto de colaboração e solidariedade; numa escola promotora de saúde, que desenvolve fatores protetores da saúde, e que, em parceria com entidades locais, facilita escolhas saudáveis, proporcionando também uma educação para uma sexualidade humanizada; enfim, numa escola que acolhe projetos inseridos na cultura local e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento da mesma, elevando o nível cultural da região. O aluno deve, pois, ser merecedor das situações de aprendizagem proporcionadas pela escola para o seu crescimento intelectual, social, afetivo, moral, sempre vocacionado para o meio envolvente.

6.3.1. Parcerias e Protocolos

Na conjuntura atual, as parcerias com a comunidade exterior revestem-se de primordial importância para qualquer instituição. Neste âmbito, também o IDJV tem vindo a estabelecer parcerias e protocolos com o objetivo de criar uma maior ligação com a comunidade, mas também de fomentar a prática de atividades adequadas ao meio em que está inserido. Consubstanciando o já exposto, refira-se que o Projeto Educativo do Instituto apresenta como uma das estratégias fundamentais para a promoção do sucesso, a abertura ao meio, através do mundo empresarial e económico, associações profissionais, culturais, de solidariedade social, etc. e

autarquias. Assim, é preocupação constante da Direção Pedagógica manter estas parcerias ativas e dinâmicas, uma vez que são reflexo do reconhecimento que a comunidade tem do trabalho efetuado pela escola.

6.3.2. Projetos

A fim de estabelecer uma maior ligação ao meio envolvente, o Instituto D. João V também decidiu aderir a diversos Projetos (alguns que decorrem há vários anos), concorrendo para o desenvolvimento da dimensão pessoal e social da Comunidade Educativa, constituindo uma estratégia de promoção do sucesso. Destacamos os Projetos de Educação para a Saúde e o Programa Eco Escolas que, para além de contarem com a participação de pessoas externa ao Instituto, mas pertencentes à região, acrescentam valor ao aluno no sentido em que consciencializam para a participação ativa em questões sociais; despertam para a valorização dos conceitos de democracia e cidadania; melhoram as atitudes e valores dos discentes e promovem o desenvolvimento pessoal, interpessoal e social.

No âmbito do Ensino Profissional, mais concretamente na Formação em Contexto de Trabalho, a escola tem presentemente ativo um Projeto de ERASMUS (Erasmus +) que permitirá a experiência de contexto de trabalho a diversos alunos noutros países da União Europeia.

6.3.3. Atividades Escola ↔ Comunidade

Corroborando o já anteriormente exposto, no que respeita à importância do envolvimento entre a escola e a comunidade, convém referir que a escola sempre esteve aberta à participação em eventos da comunidade. Não menos importantes são as atividades que a escola dinamiza para a comunidade ou com possibilidade de participação da mesma. Destacamos a Festa de Natal, o Magusto, o Carnaval, as Jornadas IDJV e o Concurso de Talentos como eventos que decorrem há vários anos, promovidos em parceria pelo IDJV e pela Junta de Freguesia do Louriçal, em que a comunidade participa de forma espontânea e bastante positiva.

7. OFERTA FORMATIVA

As ofertas formativas de que o Instituto dispõe visam proporcionar a todos os estudantes opções diversificadas e adequadas às suas expectativas, tendo em conta a formação integral do indivíduo, orientadas quer para o prosseguimento de estudos superiores, quer para a qualificação profissional e a sua inserção no mercado de trabalho. No ano letivo de 2024/2025 é a seguinte a oferta formativa da escola:

Ensino Básico Geral:

2.º CICLO	5.º e 6.º Anos
3.º CICLO	7.º, 8.º e 9.º Anos

Ensino Secundário (prosseguimento de estudos de nível superior):

CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS	
Ciências e Tecnologias / Línguas e Humanidades	10.º; 11.º e 12.º anos

Ensino Secundário (qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos):

CURSOS PROFISSIONAIS	
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1.º, 2.º e 3.º anos
Cabeleireiro/a	1.º, 2.º e 3.º anos

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. Matrizes curriculares

As matrizes curriculares cumprem o determinado na legislação em vigor. No âmbito da sua autonomia na gestão do currículo foram implementados os ajustamentos considerados adequados à prossecução dos objetivos inscritos neste Projeto Educativo, estando os tempos letivos organizados em 60 minutos.

Plano Curricular do Ensino Básico (2.º Ciclo) – (DL 55/2018) - 5.º ano e 6.º ano

Áreas disciplinares/Disciplinas	5º Ano		6º Ano		Total Ciclo
	Horas	Minutos	Horas	Minutos	
Línguas e Estudos Sociais					
Português b)	4	240	4,5	270	510
Inglês	3	180	3	180	360
História e Geografia de Portugal	2	120	2	120	240
Cidadania e Desenvolvimento b)	0,5	30	0,5	30	60
Total	9,5	570	10	600	1170
Matemática e Ciências					
Matemática b)	4,5	270	4	240	510
Ciências da Natureza	2	120	2	120	240
Total	6,5	390	6	360	750
Educação Artística e Tecnológica					
Educação Visual b)	1,5	90	1,5	90	180
Educação Tecnológica	1	60	1	60	120
Educação Musical	1	60	1	60	120

TIC	1	60	1	60	120
Total	4,5	270	4,5	270	540
Educação Física	2	120	2	120	240
Educação Moral e Religiosa c)	1	60	1	60	120
TOTAL ANO	22,5 (23,5)	1350 (1410)	22,5 (23,5)	1350 (1410)	2700 (2820)

Sala de Estudo	2	100	2	100	200
----------------	---	-----	---	-----	-----

Plano Curricular do Ensino Básico (3.ºCiclo) – (DL 55/2018) - 7.º ano, 8.ºano e 9.º ano

Áreas disciplinares/Disciplinas	7.ºAno		8.ºAno		9.ºAno		Total Ciclo
	Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos	
Português	4	240	4	240	4	240	720
Línguas Estrangeiras							
Inglês	2	120	2	120	2	120	360
Língua estrangeira II	2	120	2	120	2	120	360
Total	8	480	8	480	8	480	1440
Ciências Sociais e Humanas							
História	2	120	2	120	2	120	360
Geografia	2	120	1	60	1	60	240
Cidadania e Desenvolvimento b)	0,5	30	0,5	30	0,5	30	90
Total	4,5	270	3,5	210	3,5	210	690
Matemática	4	240	4	240	4	240	720
Ciências Físicas e Naturais							
Ciências Naturais	2	120	2	120	2	120	360
Físico-Química	2	120	3	180	3	180	480
Total	8	480	9	540	9	540	1560
Educação Artística e Tecnológica							
Educação Visual	1	60	1	60	1	60	180
Complemento à Educação Artística b)	0,5	30	0,5	30	0,5	30	90
TIC	1	60	1	60	1	60	180
Educação Física	2	120	2	120	2	120	360
Total	4,5	270	4,5	270	4,5	270	810
Educação Moral e Religiosa c)	1	60	1	60	1	60	180
TOTAL ANO	25 (26)	1500 (1560)	25 (26)	1500 (1560)	25 (26)	1500 (1560)	4500 (4680)

Plano Curricular do Ensino Secundário (Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias) – (DL 55/2018) – 10.º ano, 11.º ano e 12.º ano

Componentes de formação:		10.ºAno		11.ºAno		12.ºAno	
		Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos
Formação Geral	De						

Português		3	180	3	180	4.5	270
Língua Estrangeira		3	180	3	180	--	--
Filosofia		2	120	3	180	--	--
Educação Física		2	120	2	120	2	120
Formação Específica							
Matemática A		5	300	4,5	270	5	300
Física e Química A		6	360	6	360	--	--
Biologia e Geologia		6	360	6	360	--	--
Inglês		--	--	--	--	3	180
Química		--	--	--	--	3	180
Aplicações Informáticas B		--	--	--	--	3	180
Educação Moral e Religiosa		1	60	1	60	1	60
TOTAL ANO		**	1680	**	1710	**	1110

No 12.º ano o aluno tem duas disciplinas anuais de acordo com as regras expressas no DL 55 de 2018

Plano Curricular do Ensino Secundário (Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades) – (DL 55/2018) –

10.º e 12.º anos

		10.ºAno		11.ºAno		12.ºAno	
Componentes de formação:		Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos
Formação Geral							
Português	Cidadania e Desenvolvimento	3	180	3	180	4.5	270
Língua Estrangeira		3	180	3	180	--	--
Filosofia		2	120	3	180	--	--
Educação Física		2	120	2	120	2	120
Formação Específica							
História A		5	300	4,5	270	5	300
Geografia A		5	300	5.5	330	--	--
MACS		5.5	330	5	300	--	--
Geografia C		--	--	--	--	3	180
Aplicações Informáticas B		--	--	--	--	3	180
Educação Moral e Religiosa		1	60	1	60	1	60
TOTAL ANO		**	1590	**	1620	**	1290

No 12.º ano o aluno tem duas disciplinas anuais de acordo com as regras expressas no DL 55 de 2018

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas

Informáticos

2022-2025

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Tecnologias de Informação e Comunicação	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	197	201	102	500
Matemática	99	99	102	300
Físico e Química	98	102	0	200
Componentes de Formação Tecnológica	461	381	338	1180
Sistemas Operativos	87	57	0	144
Arquitetura de Computadores	68	84	0	152
Redes de Comunicação	102	90	60	252
Programação e Sistemas de Informação	204	150	278	632
Total:	1060	876	744	2680
Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600

Máximo Global:	1060	1176	1044	3280
-----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas

Informáticos

2023-2026

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Tecnologias de Informação e Comunicação	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	197	201	102	500
Matemática	99	99	102	300
Físico e Química	98	102	0	200
Componentes de Formação Tecnológica	461	381	338	1180
Sistemas Operativos	87	57	0	144
Arquitetura de Computadores	68	84	0	152
Redes de Comunicação	102	90	60	252
Programação e Sistemas de Informação	204	150	278	632
Total:	1060	876	744	2680

Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
Máximo Global:	1060	1176	1044	3280

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas

Informáticos

2024-2027

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Redes Sociais e Marketing Digital	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	198	202	100	500
Matemática	100	100	100	300
Físico e Química	98	102	0	200
Componentes de Formação Tecnológica	461	381	338	1180
Sistemas Operativos	87	57	0	144
Arquitetura de Computadores	68	84	0	152
Redes de Comunicação	102	90	60	252
Programação e Sistemas de Informação	204	150	278	632

Total:	1061	877	742	2680
Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
Máximo Global:	1061	1177	1042	3280

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Cabeleireiro

2022-2025

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Tecnologias de Informação e Comunicação	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	243	195	62	500
Física e Química	75	75	0	150
Biologia	78	72	0	150
Matemática	90	48	62	200
Componentes de Formação Tecnológica	425	425	425	1275
Técnicas e Cuidados Capilares	275	250	375	900
Atendimento ao Cliente	75	50	0	125
Empreendedorismo	0	75	50	125
Saúde	75	50	0	125

Total:	1070	914	791	2775
Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
Máximo Global:	1070	1214	1091	3375

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Cabeleireiro

2023-2026

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Comunicação, empreendedorismo e trabalho de projeto	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	243	195	62	500
Física e Química	75	75	0	150
Biologia	78	72	0	150
Matemática	90	48	62	200
Componentes de Formação Tecnológica	425	425	425	1275
Técnicas e Cuidados Capilares	275	250	375	900
Atendimento ao Cliente	75	50	0	125

Empreendedorismo	0	75	50	125
Saúde	75	50	0	125
Total:	1070	914	791	2775
Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
Máximo Global:	1070	1214	1091	3375

Plano Curricular do Ensino Profissional – Curso Profissional de Cabeleireiro

2024-2027

	Carga Horária Anual (×60 minutos)			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação Sócio-Cultural	402	294	304	1000
Português	100	100	120	320
Língua Estrangeira (Inglês)	76	72	72	220
Área de Integração	76	72	72	220
Educação Física	50	50	40	140
Redes Sociais e Marketing Digital	100	0	0	100
Componentes de Formação Científica	228	197	75	500
Física e Química	75	75	0	150
Biologia	78	72	0	150
Matemática	75	50	75	200
Componentes de Formação Tecnológica	425	425	425	1275
Técnicas e Cuidados Capilares	275	250	375	900

Atendimento ao Cliente	75	50	0	125
Empreendedorismo	0	75	50	125
Saúde	75	50	0	125
Total:	1055	916	804	2775
Formação em Contexto de Trabalho	-	300	300	600
Máximo Global:	1055	1216	1104	3375

Cidadania e Desenvolvimento

A Educação para a Cidadania consubstancia-se na componente de currículo que integra as matrizes curriculares-base de todos os anos de escolaridade, do ensino básico e do ensino secundário.

No Ensino Básico, constitui uma disciplina com uma carga horária própria, com uma distribuição quinzenal, e com avaliação de acordo com os critérios definidos.

No Ensino Secundário Geral e Profissional, constitui-se uma área transversal, podendo ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo sempre que os temas se articulem com os conteúdos a abordar.

Sala de Estudo Ativa (2.º ciclo)

A sala de estudo direciona-se aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, de forma a desenvolverem as suas competências no âmbito do Perfil do Aluno e a revelarem aprendizagens significativas. A sua frequência implica a autorização do encarregado de educação, permitindo a organização de trabalhos interdisciplinar.

Tem como objetivos a implementação de estratégias de estudo e de desenvolvimento e aprofundamento dos conhecimentos dos alunos e o desenvolvimento de atividades de reforço da aprendizagem, nomeadamente pelo acompanhamento da realização dos trabalhos de casa. Na Sala de Estudo Ativa, utilizar-se-ão as metodologias ativas como a sala de aula invertida e a aprendizagem por resolução de problemas.

Uma vez que visa a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens irá centrar a sua ação essencialmente no desenvolvimento de competências transversais, uma vez que são aquelas que representam, de forma mais significativa, a estruturação do conhecimento de modo transversal a todas as áreas disciplinares do Ensino Básico.

A carga horária semanal encontra-se distribuída de acordo com o previsto na legislação específica desta matéria.

Ano de Escolaridade	Carga Horária de Sala de Estudo
---------------------	---------------------------------

5.º Ano	1 tempos (60 min.)
6.º Ano	1 tempos (60 min.)

COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS	SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
Relacionamento Interpessoal e de Grupo	Conhecer e atuar de acordo com as normas, regras e critérios de atuação pertinente, de convivência, de trabalho, de responsabilização e sentido ético das ações definidas pela comunidade escolar nos seus vários contextos, a começar pela sala de aula.
Métodos de Trabalho e de Estudo	- Participar em atividades e aprendizagens, individuais e coletivas, de acordo com regras estabelecidas. - Identificar, selecionar e aplicar métodos de trabalho e de estudo. - Expressar dúvidas ou dificuldades. - Analisar a adequação de métodos de trabalho e de estudo, formulando opiniões e sugestões e propondo alterações.
Tratamento da Informação	Pesquisar, organizar, tratar e produzir informação em função das necessidades, dos problemas a resolver e dos contextos e situações.
Estratégias Cognitivas/Resolução de Problemas	- Identificar elementos constitutivos das situações problemáticas. - Escolher e aplicar estratégias de resolução. - Explicitar, debater e relacionar a pertinência de situações encontradas em relação aos problemas e às estratégias adotadas.
Comunicação	- Utilizar diferentes formas de comunicação verbal, adequando a utilização do código linguístico aos contextos e às necessidades. - Resolver dificuldades ou enriquecer a comunicação através da comunicação não verbal com aplicação das técnicas e dos códigos apropriados.

O tempo atribuído à sala de estudo pode também ser utilizado para apoio aos projetos de Escola em curso, designadamente:

Realização de atividades no âmbito dos planos de recuperação, desenvolvimento e de acompanhamento dos alunos e das medidas de suporte à aprendizagem.

Tendo em conta a diversidade de experiências vividas na escola e atendendo à sua importância para a promoção da melhoria das aprendizagens, esta área pode integrar, entre outros, as seguintes modalidades:

- Desenvolvimento de planos individuais de trabalho e estratégias de pedagogia diferenciada de modo a estimular alunos com diferentes capacidades.
- Atividades de compensação e de recuperação.
- Atividades de ensino específico da língua portuguesa para alunos com dificuldades graves e/ou alunos oriundos de países estrangeiros.

Estes apoios são discutidos, planificados e geridos em Conselho de Turma, integrando o PAPT. A sua planificação, o seu desenvolvimento e a sua avaliação devem ser feitos, quando necessário, em articulação com outros técnicos de educação e envolvendo igualmente os pais ou encarregados de educação e os alunos.

Compete ao Conselho de Turma proceder à apreciação do desempenho dos alunos e à avaliação mediante proposta dos professores que asseguram estes apoios, ainda que essa avaliação não releve para a progressão dos alunos.

Sessões de apoio (9.º ano)

As sessões de apoio aos alunos do 9.º ano funcionam em moldes semelhantes aos da sala de estudo e a sua dinamização coaduna-se com os mesmos objetivos, sempre em benefício do desenvolvimento de aprendizagens e competências significativas por parte dos alunos que revelem mais dificuldades, ainda que se concretizem apenas no âmbito das disciplinas de Português e de Matemática, sendo assegurado por professores das mesmas. A sua carga horária traduz-se em apenas 1 tempo letivo semanal.

Sessões de apoio e preparação para exame final nacional (11.º e 12.º anos)

Estas sessões têm a carga horária de 1 tempo letivo semanal e são asseguradas pelos professores das disciplinas do ensino secundário que são objeto de avaliação externa. Destinam-se a todos os alunos que as queiram frequentar e, embora não sejam de carácter obrigatório, carecem da autorização do encarregado de educação. O acompanhamento do trabalho aí desenvolvido e do desempenho e participação dos alunos é feito em articulação com o diretor de turma e o seu balanço é dado a conhecer em conselho de turma e aos encarregados de educação aquando das reuniões ordinárias/ avaliação ou sempre que o professor, através do diretor de turma e/ou da caderneta, o considere necessário.

Atividades de organização curricular

As atividades de organização curricular concretizam-se com o propósito de contribuírem para a consolidação e reforço de conteúdos programáticos, tendo como únicos destinatários os alunos. Têm enquadramento nas planificações dos respetivos departamentos, existindo, por isso, uma articulação departamental e interdisciplinar, mas revestem-se, por vezes, de um carácter intradisciplinar, como é o caso das visitas de estudo. São várias aquelas que a escola desenvolve, como se revela no Plano Anual de Atividades.

8.2. Programas das Disciplinas | Aprendizagens Essenciais

As disciplinas do currículo nacional seguem o programa e as aprendizagens essenciais definidos para cada uma, disponível no site www.dgidec.min-edu.pt, em estreita articulação e conformidade com o disposto no Despacho nº. 55/2018, através das Aprendizagens Essenciais aplicadas para cada ano e para cada disciplina, vertidas para as planificações anuais e semestrais das diferentes áreas curriculares. Também em conformidade com o normativo supracitado, o IDJV disponibiliza na sua oferta formativa as disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e Tecnologias da Informação e Comunicação. A integração da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento tem como objetivo a aprendizagem para a cidadania, passando pela reflexão de problemáticas transversais à sociedade, visando contribuir para a formação de jovens responsáveis na sua dinâmica de vivência em sociedade. No que diz respeito à disciplina

Tecnologias da Informação e da Comunicação, constitui uma valência absolutamente fundamental para a educação global do cidadão, uma vez que permite aos alunos adquirirem competências no âmbito da pesquisa e na realização de trabalhos recorrendo às diferentes tecnologias, permitindo também a promoção de uma reflexão acerca do impacto da evolução tecnológica nas sociedades contemporâneas.

8.3. Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

De acordo com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória homologado pelo Despacho no. 6478/2017, de 26 de julho, que se constitui como um *“referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória”*, o IDJV assume os seguintes comportamentos de referência na orientação das suas práticas letivas e de convivência, para que, no final do seu percurso escolar nesta Escola, as crianças e jovens possam demonstrar o domínio dos seguintes valores, atingindo os subseqüentes objetivos:

- Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

8.4. Aprendizagens Essenciais

Em conformidade com o Despacho nº. 6944-A/2018 e de acordo com a reorganização curricular convergente com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o IDJV incorpora no seu Projeto Educativo as Aprendizagens Essenciais, que permitem uma efetiva flexibilização e gestão curriculares por parte da Escola.

Estas Aprendizagens Essenciais correspondem a um conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada componente do currículo ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.

As Aprendizagens Essenciais apresentam, ainda, o racional específico de cada disciplina, bem como as ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos, visando o desenvolvimento das áreas de competências nele inscritas.

As Aprendizagens Essenciais estão ancoradas numa cultura de escola de autonomia e de trabalho em equipa educativa dos docentes, nomeadamente ao nível do conselho de docentes e de turma, em que as disciplinas cruzam o que deve ser ensinado e que ações estratégicas devem ser concretizadas para que os alunos aprendam melhor e de forma mais significativa. Os documentos pedagógicos de planeamento curricular, tais como as planificações anuais, o referencial de avaliação/critérios transversais de escola, os critérios de avaliação de Área Disciplinar e as planificações semestrais passam assim a contemplar este conjunto comum de conhecimentos a adquirir, em estreita articulação interdisciplinar horizontal e vertical.

8.5. Articulação Interdisciplinar e Interciclos

Esta articulação concretiza-se regularmente através da realização das atividades de organização curricular e de animação e complemento curricular, participadas e organizadas conjuntamente por diversos departamentos e disciplinas, como acontece no âmbito das visitas de estudo e até de concursos, externos e internos, e palestras, e que se encontram inscritas no Plano Anual de Atividades. A preocupação com a articulação interciclos é também visível no momento das planificações disciplinares, no início de cada ano letivo, na preparação do trabalho a desenvolver com os alunos que progridem com dificuldades identificadas, e no trabalho a desenvolver pelos conselhos de turma. As sessões de trabalho em departamentos e grupos disciplinares propiciam uma articulação efetiva na preparação do trabalho a realizar em cada ciclo e de ciclo para ciclo no âmbito da mesma disciplina, assim como na preparação do trabalho interdisciplinar, no que respeita a conteúdos transversais. Esta articulação evidencia-se, igualmente, em cada Plano de Apoio Pedagógico de Turma.

8.6. Horários Escolares

Os horários escolares seguem as orientações definidas no Regulamento Interno, de acordo com a legislação em vigor.

	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
08:50 – 09:50					
09:55 – 10:55					
11:10 – 12:10					
12:15 – 13:15					
13:20 – 14:20					
14:25 – 15:25					
15:40 – 16:40					
16:45 – 17:45					

9. CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS

As turmas são constituídas cumprindo a legislação em vigor e seguindo, sempre que possível, as orientações emanadas dos Conselhos de Turma ou constantes nos processos individuais dos alunos.

10. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Num processo de acompanhamento do percurso académico dos alunos e do desenvolvimento e aquisição de competências, no sentido de aferir o progresso, são necessários momentos de avaliação sumativa, mas privilegia-se uma avaliação contínua e formativa, pois encara-se a avaliação como um meio e não como um fim, que permite melhorar e regular progressivamente os processos e os produtos do ensino e da aprendizagem, através da sua regulação individualizada.

O Decreto-Lei n.º 55/2018 de 06 de julho confere à escola autonomia “para gerir o currículo dos ensinos básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”. Assim, o Instituto D. João V reorganizou o seu calendário escolar, criando um projeto que atualizará a visão e normas que regem a Escola e que promoverá o desenvolvimento de uma mais eficaz ação dos professores, mais consubstanciada com o que são os princípios orientadores das mais atuais metodologias. Desta forma, o ano letivo divide-se em dois semestres. Cremos, assim, que a adoção deste novo modelo de gestão curricular potenciará, indubitavelmente, o envolvimento dos alunos no seu próprio percurso de aprendizagem e desenvolvimento, já que permite criar novas e mais relevantes oportunidades e momentos propícios à regulação das aprendizagens e consequente *feedback*.

Foram definidos pela direção e aprovados pelos departamentos critérios de escola transversais no sentido de promover uma avaliação mais equitativa e justa:

Conhecimento: compreensão e aquisição de conteúdos e conceitos no âmbito das diferentes disciplinas. Aplicação de conhecimentos a novas situações, revelando rigor na terminologia científica.

Comunicação: utilização dos diferentes tipos de linguagem com clareza e coerência, recorrendo a diversificados instrumentos de comunicação com respeito pelas ideias dos outros (tolerância, empatia e responsabilidade) e pelos diferentes contextos.

Resolução de problemas: mobilização do conhecimento para desenvolver ideias e resolver problemas, apresentando novas soluções de forma criativa, autónoma e/ou colaborativa, revelando espírito crítico.

Deve proceder-se à avaliação das aprendizagens e competências dos alunos, e de cada aluno em particular, tendo em consideração os princípios orientadores que se destacam e que devem pautar a ação pedagógica de cada professor:

- Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com os contextos em que ocorrem e tendo em conta as áreas de competência do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

- Transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da explicação e divulgação dos critérios adotados, aos alunos e encarregados de educação.
- Diversificação de técnicas e processos de recolha de informação e de avaliação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.
- Diversificação dos intervenientes, valorizando os processos de autoavaliação dos alunos, sem prejuízo do papel fundamental do professor, em função da complexidade do processo de avaliação.
- Primazia da avaliação formativa, através da informação sistemática ao aluno sobre o seu desempenho, com vista ao *feedback* relevante e à autorregulação das aprendizagens e a sua consequente melhoria.
- Valorização da evolução do aluno.

Os critérios de avaliação são, assim, devidamente explicitados no início de cada ano letivo, de modo a permitirem a reorientação da aprendizagem e dos métodos e processos. Os professores reúnem todas as informações qualitativas e quantitativas relativas às competências atitudinais adquiridas pelos alunos, servindo-se de processos de recolha de informação e de avaliação diversificados, nomeadamente: cadernos diários ou portefólio, trabalhos individuais dentro e fora da aula, trabalhos de grupo, relatórios de Projeto, grelhas de verificação, fichas de autoavaliação, para além das avaliações orais e provas escritas de avaliação, de modo a avaliar de forma consistente as aprendizagens e as atitudes dos alunos.

AVALIAÇÃO FORMATIVA e FEEDBACK

É a principal modalidade de avaliação e assume um carácter contínuo e sistemático, visando a regulação do ensino e aprendizagem, com recurso a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Tem como principais objetivos:

- a) fornecer ao professor e, sobretudo, ao aluno, um *feedback* respeitante ao seu progresso;
- b) determinar onde e porque o aluno fracassou e/ou progrediu;
- c) adaptar as atividades de ensino/aprendizagem em função das informações recolhidas;
- d) promover medidas de apoio, caso sejam detetados desajustamentos na aprendizagem, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos;
- e) valorizar processos de autorregulação e autoavaliação dos alunos.

Esta avaliação é, por excelência, a modalidade que se destina a melhorar o processo de ensino/aprendizagem. Deve ser, pois, a modalidade de avaliação privilegiada.

AVALIAÇÃO SUMATIVA

Esta modalidade consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e das competências definidas para cada disciplina e área curricular.

10.1. Critérios Gerais de Avaliação

A avaliação das aprendizagens é efetuada no respeito pela legislação em vigor.

No início de cada ano letivo, ou no final do ano letivo anterior, a Assembleia Pedagógica da escola, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais do Ministério da Educação e Ciência, define os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta das áreas disciplinares, que deverão incidir no Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória, ou seja, serão definidos critérios e instrumentos de avaliação mais plurais e congruentes com a necessidade de promover aprendizagens significativas e de desenvolvimento pessoal e social de cada um dos alunos. Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma. A Direção da Escola garante a divulgação dos critérios referidos nos números anteriores junto dos diversos intervenientes, através do Projeto Educativo.

Os Departamentos Curriculares/Grupos disciplinares preenchem o IMP.DP.005 Avaliação das Aprendizagens, sendo que os critérios gerais de avaliação por disciplina, constam deste Projeto Educativo, como anexo em dossiê próprio.

A avaliação deve ter em conta:

- A progressão do aluno nos domínios das competências.
- A situação global do aluno face aos processos de ensino-aprendizagem.
- A avaliação formativa realizada durante o semestre, refletindo os dados de recuperação ou recessão desde o início do ano.
- As necessidades educativas especiais dos alunos.
- A auto e a heteroavaliação das várias tarefas constituem modos de participação e implicação dos alunos na sua própria formação e contribuem para o desenvolvimento de atitudes de responsabilidade, cooperação e tolerância, fomentam a autoestima, a afirmação progressiva da autonomia e a aceitação das diferenças.
- Em anos com Provas Finais e/ou Exames Nacionais, a estrutura das fichas de avaliação deverá, preferencialmente, ser idêntica.
- O calendário definido no início do ano letivo é de divulgação obrigatória aos alunos e encarregados de educação.

Tendo em conta todos os aspetos anteriormente mencionados, os critérios gerais de avaliação da escola são definidos pela Assembleia Pedagógica, sob a proposta dos Departamentos Curriculares, de acordo com a lei.

10.2. Critérios Gerais de Correção/Classificação

Os critérios gerais de Correção/Classificação são definidos pela Assembleia Pedagógica, sob a proposta dos Departamentos Curriculares. Há uma articulação dos mesmos em departamento e grupo disciplinar no que respeita à correta utilização da língua portuguesa nas provas escritas. Esses critérios seguem, igualmente, as orientações constantes dos critérios de Correção/classificação do IAVE no âmbito das provas de avaliação final e dos exames nacionais. Os mesmos constam deste Projeto Educativo como anexo em dossiê próprio.

Quanto aos critérios de correção transdisciplinares, pretende-se com a aplicação dos mesmos promover o bom e correto uso da língua portuguesa no âmbito de todas as disciplinas (excetuam-se as línguas estrangeiras), definindo-se as seguintes regras gerais:

Num texto escrito poderão ser considerados os seguintes aspetos:

- ortografia;
- estruturação clara e coerente da frase e do parágrafo;
- encadeamento lógico das ideias;
- capacidade de síntese.

No enunciado da ficha, deverá constar a referência ao número da(s) questão(ões), em que o uso adequado da língua portuguesa será sujeito a avaliação:

- cada professor ou grupo disciplinar decide sobre a(s) questão(ões) onde incidirá a avaliação da organização e correção linguísticas;
- os descontos a efetuar poderão equivaler até vinte por cento da cotação total da(s) questão(ões) em causa;
- para facilitar a avaliação, a classificação da organização e correção linguísticas será atribuída de acordo com três níveis de desempenho: nível um – composição sem estruturação aparente, com a presença de graves erros de sintaxe, com perda frequente de inteligibilidade e/ou de sentido; nível dois – composição razoavelmente estruturada, com alguns erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, cuja gravidade não implique a perda de inteligibilidade e/ou de sentido; nível três – composição bem estruturada, sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia;
- todas as incorreções serão assinaladas e corrigidas pelo professor;
- nos critérios de correção, deve constar o desconto a efetuar pelas incorreções.

No que respeita à classificação da avaliação escrita, a terminologia a adotar é a seguinte:

Ensino Secundário	Terminologia
0-54	MUITO INSUFICIENTE
55-94	INSUFICIENTE

95-134	SUFICIENTE
135-174	BOM
175-200	MUITO BOM

2.º e 3.º ciclos	Terminologia
0-19	MUITO INSUFICIENTE
20-49	INSUFICIENTE
50-69	SUFICIENTE
70-89	BOM
90-100	MUITO BOM

Os docentes deverão, durante o processo de avaliação, ceder os seguintes dados: na avaliação escrita

2.º Ciclo	Informação Qualitativa + Informação Quantitativa + <i>Feedback</i> (escrito ou oral)
3.º Ciclo	Informação Qualitativa + Informação Quantitativa + <i>Feedback</i> (escrito ou oral)
Ensino secundário	Informação Qualitativa + Informação Quantitativa + <i>Feedback</i> (escrito ou oral)

A informação deverá preferencialmente ser apresentada por domínios.

Os enunciados da avaliação escrita devem conter as cotações das questões por domínio.

10.3. Avaliação – pesos, descritores e condições de transição e retenção

Com o calendário escolar dividido em duas partes, pretende-se trabalhar numa lógica semestral, por forma a encurtar os períodos contínuos de atividade letiva, possibilitar a recuperação de aprendizagens e incluir, nas práticas pedagógicas, momentos frequentes de balanço do trabalho desenvolvido. A adoção de um modelo não tradicional de calendário escolar permitirá fornecer um *feedback* regular a alunos e famílias e estabelecer momentos formais de avaliação com maior regularidade.

A avaliação final do aluno, em cada semestre, deve ser construída com o acumulado dos resultados das avaliações escritas e de todos os outros processos de recolha de informação até ao momento. A classificação final a atribuir ao aluno, em cada disciplina e em cada semestre, será encontrada da seguinte forma:

Classificação final do 1.º semestre – 100% da média dos instrumentos do 1.º semestre.

Classificação final 2.º semestre – 50% da média dos instrumentos do 1.º semestre + 50% da média dos instrumentos do 2.º semestre, como a seguir se explicita:

1.º Semestre	100% (Classificação 1.º S)
2.º Semestre	50% (Classificação 1.º S) + 50% (Classificação 2.º S)

NOTA: As classificações indicadas nas fórmulas devem corresponder à nota real, isto é, antes do fator de ponderação.

ENSINO BÁSICO:

A informação resultante da avaliação sumativa interna nos 2.º e 3.º ciclos expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, podendo ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

O processo de avaliação interna é acompanhado de provas nacionais, da responsabilidade dos serviços do Ministério da Educação e Ciência ou de entidades designadas para o efeito e compreende a realização de provas finais no 9.º ano, nas disciplinas de **Português** e de **Matemática**.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, *Transitou/Não Transitou*, no final de cada ano, *Aprovado/Não Aprovado*, no final de cada ciclo.

No final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se:

- tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares de Português e de Matemática;
- tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas.

A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico geral assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as aprendizagens definidas para cada ciclo.

Caso o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para um ano não terminal de ciclo que, fundamentalmente, comprometam o desenvolvimento das aprendizagens definidas para o ano de escolaridade subsequente, o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, pode, a título excecional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade.

Verificando-se a retenção, o plano de acompanhamento pedagógico de turma em que o aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente prevê as estratégias de ensino e aprendizagem e os recursos educativos adequados ao desenvolvimento do plano das aprendizagens.

ENSINO SECUNDÁRIO:

No que respeita ao **Ensino secundário**, aplicam-se os seguintes critérios de progressão e de retenção dos alunos:

- ✓ Transitam para o ano de escolaridade seguinte, os alunos que tenham obtido classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas, ou em todas menos uma ou duas. A classificação a considerar nas disciplinas plurianuais é a classificação final (média dos anos em que a disciplina foi lecionada).
- ✓ Aos alunos que transitam para o ano de escolaridade seguinte com classificações inferiores a 10 valores em uma ou duas disciplinas, é permitida a matrícula em todas as disciplinas do novo ano de escolaridade (salvo o indicado no ponto seguinte), incluindo as de continuação, desde que as classificações referidas não sejam inferiores a 8 valores.
- ✓ O aluno escolhe duas disciplinas anuais no 12.º ano, sendo uma delas obrigatoriamente ligada à natureza do curso.
- ✓ Não é autorizada a matrícula em disciplinas em que o aluno tenha obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos.
- ✓ As disciplinas que foram objeto de anulação e/ou em atraso, são contabilizadas como disciplinas com classificação inferior a 10 valores e, conseqüentemente, podem determinar a retenção do aluno, exceto no 10.º ano se a disciplina anulada é de opção.
- ✓ Nas situações de melhoria de classificação deve ter-se em conta a melhor classificação obtida. Se em ambos os anos letivos, o aluno obteve classificação inferior a 10 valores, então deve ser tida em conta a última classificação obtida (a classificação do ano letivo que está a frequentar).

ENSINO PROFISSIONAL:

Os alunos dos 1.º e 2.º anos transitam para o ano seguinte, independentemente do número de módulos concluídos no final do ano letivo e dos períodos especiais de recuperação de módulos em atraso, fixados pela Direção da Escola.

A conclusão do ensino secundário está dependente, nos cursos profissionais, da aprovação na prova de aptidão profissional e na Formação em Contexto de Trabalho.

10.4. Participação da Comunidade Educativa na Avaliação

No início de cada ano letivo, a escola disponibiliza aos pais e encarregados de educação e aos alunos os critérios de avaliação em vigor no início de cada ano letivo, assim como os registos de avaliação e assiduidade, com informação resultante dos Conselhos de Turma intercalares, e no final de cada semestre letivo.

O Representante dos pais e encarregados de educação por turma participa nas reuniões intercalares dos Conselhos de Turma, fazendo uma apreciação do trabalho global da turma, a partir da informação recolhida junto dos encarregados de educação. A participação dos pais e encarregados de educação acontece igualmente através do contacto direto com o diretor de turma, nos horários de atendimento semanal. A Direção de escola promove, ainda, reuniões direcionadas, por ciclo ou turma, a pais e encarregados de educação que constituem momentos de reflexão sobre as aprendizagens dos alunos e os seus progressos, no sentido de um acompanhamento efetivo do que é a avaliação contínua e assunção de corresponsabilidade no processo ensino-aprendizagem.

Os Serviços de Psicologia e Orientação e a Educação Especial, sempre que solicitados, participam nas reuniões de conselho de turma, emitindo parecer sobre a avaliação dos alunos em acompanhamento. Na impossibilidade de participação, o seu responsável produzirá um parecer escrito, a ser entregue, antecipadamente, ao diretor de turma, que o apresentará ao respetivo conselho.

10.5. Provas nacionais externas/provas de avaliação internas

Provas nacionais externas

O Instituto aplica as provas de aferição e as provas ou exames nacionais no cumprimento do estabelecido pela legislação em vigor. A aplicação de todas as provas nacionais externas é organizada pelo secretariado de exames e validada pela Direção do Instituto D. João V, cujo calendário é dado a conhecer aos alunos e encarregados de educação.

Avaliação Escrita

A marcação da Avaliação escrita formal é validada pela Direção do Instituto D. João V, cujo calendário é dado a conhecer aos alunos e encarregados de educação pelo respetivo diretor de turma.

É garantida a marcação de apenas uma avaliação escrita por dia, para todas as turmas, bem como a distribuição equitativa das avaliações escritas ao longo de cada semestre letivo, a fim de evitar uma sobrecarga na mesma semana. Na última semana de aulas de cada semestre não são marcadas avaliações escritas, salvo em situações de necessidade absoluta.

A entrega das avaliações corrigidas e classificadas aos alunos deve processar-se no prazo máximo de dez dias úteis, podendo este prazo ser alargado apenas em situações totalmente impeditivas.

Não é permitida a aplicação de uma avaliação escrita de avaliação sem que os alunos tenham rececionado a anterior devidamente corrigida e classificada.

Uma vez que o calendário das avaliações escritas é dado a conhecer no início de cada semestre letivo, caso o aluno falte no dia da avaliação, o encarregado de educação deverá informar o diretor de turma antecipadamente, sempre que possível em presença, e apresentar uma justificação válida, que deverá ser aprovada pela Direção. Estas situações

devem constituir-se como excecionais. Em caso de doença súbita do aluno, deverá ser igualmente o encarregado de educação a informar o diretor de turma e a justificar de forma válida a falta.

10.6. Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens

Este processo concretiza-se em procedimentos que visam a melhoria constante e a excelência da prática pedagógica. Assim, a verificação do cumprimento das planificações faz-se em todas as reuniões de Departamentos Disciplinares e é acompanhada pelo Coordenador. Promovem-se regularmente reuniões para a discussão de estratégias diversificadas, adequação e reformulação das mesmas, consoante as necessidades específicas dos alunos nas diferentes disciplinas e produzem-se, em trabalho colaborativo, materiais de reforço e consolidação das aprendizagens. Os resultados são analisados em Assembleia Pedagógica e sede de Departamentos e definem-se formas de atuação conducentes à progressão e ao sucesso. São elaborados relatórios do trabalho desenvolvido, nomeadamente dos apoios educativos e analisados os PAPT das turmas em Conselho de Turma.

À Direção Pedagógica cabe promover reuniões e supervisionar o trabalho desenvolvido, através da análise dos resultados e dados recolhidos.

Todos estes procedimentos visam a melhoria do processo ensino-aprendizagem e a deteção atempada de dificuldades.

10.7. Orientações para a organização das Tutorias

Funcionamento Programa de Tutorias-

- O apoio tutorial, no ano letivo 2023/2024, será alargado a todos os alunos que não transitaram no ano letivo anterior, com o parecer da equipa EMAI e com a autorização do encarregado de educação;
- O acompanhamento dos alunos nas tutorias é realizado pelo professor Tutor, em estreita ligação com o respetivo conselho de turma;
- A monitorização e avaliação do trabalho realizado é efetuada em Conselho de Turma, devendo, para esse efeito, cada professor Tutor proceder à entrega de uma apreciação e balanço semestrais sobre as atividades desenvolvidas e a prestação dos alunos;
- No que respeita ao acompanhamento das crianças e jovens em situação de risco devem as escolas sensibilizar os docentes e, em particular, os diretores de turma, para a identificação precoce deste tipo de situações, devendo, em articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), organizar dinâmicas de integração e de trabalho escolar, através da EMAEI, de modo a proporcionar aos alunos os meios e as condições necessárias à sua segurança, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Divulgação

IMP.DUE.001-00

Cofinanciado por:



Edição 2022-2025 Revisão 03
02 de setembro de 2024

O Projeto Educativo deverá ter ampla divulgação e deverá ser dado a conhecer a todos os elementos da comunidade educativa:

- ao corpo docente será divulgado através da Assembleia Pedagógica e do Coordenador de Departamentos, bem como da disponibilização em versão papel na sala de professores.
- ao Pessoal Não Docente, através da Direção Pedagógica e dos chefes de pessoal dos diversos setores da escola.
- aos alunos, através da disponibilização em versão papel nos Serviços Administrativos.
- aos Encarregados de Educação, através do respetivo Diretor de Turma dos alunos/educandos, da disponibilização em versão papel nos Serviços Administrativos e na página da internet, através do Portal do IDJV.
- à comunidade envolvente, através da saída de informação na página da internet (Portal do IDJV, Redes sociais), aquando do estabelecimento de protocolos de colaboração e através da divulgação das múltiplas atividades desenvolvidas pelo Instituto.

11.2. Vigência

Este documento contém a revisão 02, datada de 13 de junho de 2023, do Projeto Educativo cuja vigência é de 3 anos.

11.3. Avaliação

O Projeto Educativo, como documento que define procedimentos estratégicos para se atingirem determinados resultados estabelecidos, implica uma avaliação.

Esta será um processo de reflexão crítica e de análise do trabalho desenvolvido para a concretização das ações propostas, da eficácia, da eficiência e da coerência deste documento. Este procedimento permitirá, se necessário, o reajustamento do próprio projeto.

Nesse sentido, considera-se que a monitorização seja realizada em duas fases:

- Ao longo de cada ano letivo, de uma forma informal, através da análise dos diferentes instrumentos de recolha de informação.
- No final de cada ano letivo, pela Assembleia Pedagógica.

ANEXOS

- ✚ Referencial de avaliação/Critérios transversais de escola, elaborado pela direção e coordenadora de departamentos, arquivado no respetivo dossiê.
- ✚ Critérios de avaliação contínua por disciplina, elaborados pelas diferentes áreas disciplinares, arquivados nos respetivos dossiês.
- ✚ Os PAPT, bem como todos os documentos produzidos no âmbito da educação inclusiva, também integram o Projeto Educativo, como anexo, contudo, num formato de arquivo independente (dossiê próprio).